

GESTÃO ESCOLAR: A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA.

Autor: Nayanne Costa Rocha

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

nayannerocha@hotmail.com

RESUMO:

Esse estudo traz algumas e breves considerações sobre Gestão escolar, considerando a escola como um espaço de exercício da democracia, partimos do entendimento da educação enquanto um direito constitucional e a gestão democrática como um princípio de gestão assegurado pela legislação brasileira que busca desenvolver a participação e a democratização, oferecendo contribuições significativas, implicando assim, na participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, desse modo, procuramos refletir sobre democracia, gestão escolar democrática, bem como saber o papel da escola para o exercício da democracia. Assim sendo o trabalho está organizado em três partes, na primeira tecemos algumas discussões quanto ao conceito de democracia aliada a concepção de gestão democrática, na segunda fazemos uma ponte entre a escola e a democracia como saberes em construção e por fim faremos um breve diálogo sobre o papel da gestão na construção da escola como um espaço democrático.

Palavras- chave : Escola, Gestão Escolar, Democracia.

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 a referendar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 dimensiona a gestão democrática do ensino público como um dos princípios em que deve se assentar a Educação Nacional. Neste contexto, determinou-se, dentre as incumbências dos sistemas públicos, que estes devem definir as normas da gestão democrática do ensino básico, com a garantia da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Determinou-se, também, que os referidos sistemas devem assegurar às suas unidades escolares progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, deliberações que expressaram modos concebidos para que se viabilizasse o princípio da gestão democrática da educação básica (BRASIL, 1996).

A escola como uma organização pública, exige uma gestão baseada nos princípios da gestão participativa, que demanda conhecimentos administrativos e pedagógicos. Este artigo busca analisar, o papel da escola nesse processo de democratização dos espaços escolares.

Este artigo pretende também refletir sobre as produções de alguns trabalhos voltados para a gestão educacional democrática da escolar, tomando como base a reflexão nas pesquisas de: Paro (2000); Dourado (1998); Ferreira, (1999); Lima (2002); dentre outros, para melhor compreender a gestão dos espaços educativos e a formação de gestores, tendo como norte, pensar a gestão participativa da escola, visto que a bibliografia atual, como as demais pesquisas voltadas para a gestão educacional propõe uma nova forma de atuação do gestor de escola, seja ele diretor ou supervisor pedagógico. A democratização da gestão escolar foi prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei 9394/96 .

Mediante essa perspectiva entendemos que “o conceito de escola como organização democrática, é adotado para aquela que finalmente fizer articulação entre teoria democrática e gestão escolar” Marques (2007), para tanto seria necessário a colaboração de pais, alunos e toda a comunidade escolar.

A gestão é entendida como o ato de “administrar, gerenciar, dirigir” Libâneo (2004), aqui este termo será utilizado como sinônimo de direção, por entendermos que os mesmos apresentam diferenças somente históricas, mas que ambos têm a mesma função.

Ambos os conceitos apresentados acima se tornam imprescindíveis quando a nossa inquietação é saber qual o papel da escola para o exercício da democracia, dentro desse contexto escolar é preciso que compreendamos o processo de gestão democrática que é vivenciado pela escola e pelos seus gestores, a fim de buscar compreender como tem sido construído esse processo democrático nas instituições de ensino.

Assim sendo o trabalho está organizado em três partes, na primeira tecemos algumas discussões quanto ao conceito de democracia aliada a concepção de gestão democrática, na segunda fazemos uma ponte entre a escola e a democracia como saberes em construção e por fim faremos um breve diálogo sobre o papel da gestão na construção da escola como um espaço democrático.

DISCUTINDO CONCEITOS: DEMOCRACIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA.

Democracia é uma construção contínua e contingente e que se dá através de práticas articulatórias nos diferentes espaços sociais (Marques 2007), dessa maneira, exercitar a democracia é algo demorado, e que exige uma articulação entre os sujeitos participes desse processo, não existe, pois um modelo de democracia de validade universal, assim é necessária a institucionalização de práticas democráticas nas mais variadas relações sociais.

Para efetivar a democracia no espaço escolar, segundo Marques (2007) é necessário que consideremos a cultura escolar, pois a construção de relações democráticas pode se dá de forma diferenciada, dessa forma as escolas não devem ser entendidas como instituições uniforme, pois cada escola constrói valores e criam realidades organizacionais e educativas diferentes. Cada escola tem a sua maneira de agir, apresentando assim especificidades que fazem com que cada instituição educativa apresente características inerentes, que a diferencia e identifica.

Segundo Libâneo (2004) a partir da interação entre diretores, coordenadores pedagógicos, professores, funcionários e alunos, a escola vai adquirindo no dia- a- dia, traços culturais próprios, vai formando crenças, valores, significados, modos de agir, práticas. Mas é também a partir da interação entre esses sujeitos que é possível re-planejar a cultura da escola.

Jean-Jacques Rousseau, pai da democracia moderna, considerava que a idéia de democracia está em uma ação considerada efetiva que leve a sua concretização, uma vez que os interesses assim chamados por ele de arbitrários do sujeito tem como dever dá espaço à construção para o bem comum da coletividade. Para ele “uma verdadeira democracia jamais existiu nem existirá”, pois requer muitas condições difíceis de serem reunidas, e ainda, “ se existe um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Mas um governo assim perfeito não é feito para homens”, esses pensamentos de Rousseau foram retirados do livro “ O Futuro da Democracia” de Norberto Bobbio (2006), nota-se que para Rousseau a democracia é algo difícil de ser efetivada pelos homens, mas Bobbio faz uma Crítica a esse pensamento, quando afirma que do ponto de vista ético isso não é desejável, o autor sublinha que democracia moderna é um regime no qual todos os cidadãos adultos têm direitos políticos, onde existe, segundo ele em poucas palavras, o sufrágio universal.

Em se tratando de democracia moderna, o debate sobre democracia representativa e democracia direta tem ganhado espaço no cenário das discussões. Para Bobbio (2000) a exigência de que a democracia representativa caminhe lado a lado, ou até mesmo seja trocada pela democracia direta, não é nova. Primeiramente é necessário deixar entendido o que se compreende por democracia representativa e democracia direta. Bobbio (2006) destaca que:

A expressão “democracia representativa” significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade. Bobbio (2000).

Com isso fica compreendido que na democracia representativa há um intermediário que representa e que toma decisões em nome de um grupo. Segundo Bobbio (2000) entende-se por democracia direta a participação de todos os cidadãos na tomada das decisões a eles pertinentes.

De acordo com Bobbio (2000), nesse tipo de democracia todos participam nas decisões. Porém é necessário deixar posto nesse texto que é materialmente impossível que todos decidam sobre tudo em sociedades cada vez mais complexas como são as sociedades industriais na atualidade. Para Bobbio (2000), há um defeito da democracia representativa se comparada com a democracia direta: consiste na tendência à formação de pequenas oligarquias, por meio de uma democratização da sociedade civil, mesmo assim, a democracia representativa e a democracia direta são dois sistemas alternativos, ou seja, no sentido de que onde existe uma não pode haver a outra, porém são dois sistemas que podem se integrarem reciprocamente.

Nota-se que na sociedade atual, existem meios democráticos, mas não como gostaríamos que tivesse, ainda confunde-se democracia, com falta de limites e regras, e os meios democráticos que observamos são representativos, é certo que escolhemos nossos representantes, mas nem sempre eles representam realmente as nossas concepções e objetivos, trazendo sérios prejuízos para a execução da democracia, pois acarreta em cidadãos descrentes desse processo.

Mesmo na gestão democrática efetivada de forma cooperativa e participativa, o funcionamento e a eficácia da escola dependem em boa parte da capacidade de liderança de quem está exercendo a direção e a coordenação pedagógica, (LIBÂNEO-2004), pois esse sujeito precisa mobilizar os demais para que atue de forma democrática e participativa, na escola o gestor deve agir como um líder e não como um chefe, como alguém capaz de incentivar os demais para que se atinja os objetivos planejados, assim esse líder deve dividir tarefas para que todos possam ter autonomia quanto a execução de suas funções.

Um gestor com posturas democráticas trás para a instituição escolar a importância da coletividade, da participação da organização de todos os atores escolares trabalharem em torno de um único objetivo.

E se o objetivo da escola é estabelecer formas democráticas, é necessário que primeiramente se construa práticas de gestão e tomadas de decisões participativas e transparentes. (LIBÂNEO, 2004). É preciso que todos que fazem parte da comunidade escolar trabalhem em conjunto e em prol de objetivos compartilhados por todos.

Para que a gestão democrática realmente aconteça é preciso a mobilização de alguns mecanismos, tais como a participação dos pais na escola, conselho escolar, eleição para diretor e que pais, alunos, professores, coordenadores e gestores façam junto a administração da escola.

A concepção de gestão escolar supera e relativiza o conceito de administração escolar, trata-se de um significado mais abrangente, democrático e transformador que percebe a escola como um

espaço de conflitos, de relações interpessoais, de emergência e alternância de lideranças, de negociação entre interesses.

A expressão “gestão educacional”, comumente utilizada para designar a ação de dirigentes, surge, por conseguinte, em substituição a “administração educacional”, para representar não apenas novas idéias, mas sim um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo. Assim, como mudança paradigmática está associada à transformação de inúmeras dimensões educacionais, pela superação, pela dialética, de concepções dicotômicas que enfocam ora o diretivismo, ora o não-diretívismo; ora a hétero-avaliação, ora auto-avaliação; ora a avaliação quantitativa, ora a qualitativa; ora a transmissão do conhecimento construído, ora a sua construção, a partir de uma visão da realidade (LUCK 2007)

Podemos observar que na realidade concreta da escola pública, ter autonomia efetiva para fazer acontecer a gestão democrática, com a participação da comunidade nas tomadas de decisões, é um processo a ser conquistado, havendo exigências burocráticas que muitas vezes inviabilizam que esta gestão se efetive. E também salta aos olhos e aos ouvidos de quem vê, vive e escuta a escola pública a quão perdida está quanto a sua finalidade. É tempo de a escola repensar as atividades-meio e atividades-fim, pois “a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta.” (PARO, 2000)

Sendo assim, compreendemos por gestão democrática, aquela voltada para a coletividade, o compartilhamento de decisões, participativa, isto é, aquela que objetiva a participação de todos os sujeitos participantes do cenário educacional na tomada decisões pertinentes ao âmbito escolar.

No entanto vale ressaltar que essa participação não se restringe apenas ao campo escolar, a mesma deve considerar a sociedade, ou seja, assegurar um processo de sistematização com algumas relações sociais, isto é, a participação da comunidade, como pais, funcionários e demais sujeitos que compõem a educação sem estarem diretamente ligados ao seu âmbito

VIVENCIAR A DEMOCRACIA: SABERES EM CONSTRUÇÃO

A gestão democrática como sendo algo que requer mudanças estruturais e organizacionais, necessita acima de tudo de mudanças de paradigmas, para tentar entender a gestão dos sistemas de ensino, constitui-se essencialmente, com um processo de articulação para o desenvolvimento da proposta político-pedagógica das escolas.

Algumas considerações sobre a gestão democrática e qualidade nas escolas, como podemos perceber ganham cada vez mais força as ações em defesa da participação da comunidade escolar nas decisões sobre a vida da escola.

Cada vez mais a gestão da escola deve ocorrer de forma descentralizada, com a participação efetiva dos conselhos escolares, sugerindo, propondo, fiscalizando a aplicação de recursos financeiros, construindo junto com a direção o projeto político-pedagógico da escola, discutindo a avaliação escolar e a estrutura curricular, buscando estreitar os vínculos sociais com a comunidade local, trazendo os pais de alunos para a discussão não apenas do rendimento de seus filhos, mas, sobretudo, para participarem como cidadãos das deliberações da escola.

O envolvimento desses sujeitos sociais como protagonistas de uma práxis política no âmbito da escola, requer formas de organização independentes nascidas no interior da comunidade, criando condições para que a participação seja viabilizada, constituindo um espaço público de decisão sobre os rumos da escola (Oliveira, 2001).

PARO (2006), vem salientar que o exercício da participação “em rumo a democracia” não é simplesmente o ato de participar por vozes das escolhas de representação, mas a constante interação nas decisões a serem tomadas no meio em que vivem, exemplo dessa interação é estar apto a não seguir opinião que abrem espaço para serem voltadas ,mas que não são acatadas quando não atendem as perspectivas do gestor, como também por vezes não reagem diante de atividades consideradas desnecessárias ou até mesmo não condizentes.

Em resumo, salientamos que a gestão democrática não poderá ocorrer diretamente, enquanto os gestores não se conscientizarem da sua função e a sociedade não estiver aberta para a democratização do ensino.

Considerando a constante evolução da sociedade(isto é com as tecnologias e a exigência na qualificação dos profissionais docentes.),é imposto desafios ao gestor, onde o mesmo deve buscar insaciavelmente o aperfeiçoamento, de modo que possa contribuir para o sua função como também, a construção de planejamento participativo, tal que lhe conceba o comprometimento e a confiança entre os membros da organização escolar, e ainda, a necessidade de acompanhamento nas atividades dos outros sujeitos, com o intuito de fortalecer as relações no âmbito educacional.

Neste sentido, cabe ao gestor articular seus saberes necessários com os dos demais profissionais, reger competências, e está apto a ouvi-los. Assim o ato de gerir não se restringe em arcar com as atividades burocráticas e as decisões finais e sua concretização, mas sim está apto a

compartilhar decisões e aceitar sugestões, além de promover o bom desempenho e relações com as atividades desenvolvidas na escola.

Paro (2006), aponta que: A escola não faz falta um chefe, ou um burocrata; a escola faz falta um colaborador, alguém que embora tenha atribuições, compromissos e responsabilidades diante do estado, não esteja atrelado ao seu poder e colocado acima dos demais.

Salientamos que a real função do gestor é gerir de acordo com princípios democratizantes, articulando as responsabilidades que lhe são inerentes entre os demais membros que formam a equipe escolar. Contribuindo assim para uma gestão de qualidade (aquela em que exige o investimento em educação, requalificação, formação e capacitação daqueles que formam o quadro da educação).

Tangenciando a administração de um processo burocrático e a imposição de decisões. É visando a articulação do administrativo com o pedagógico possibilitando uma relação linear entre ambos que se efetivará uma gestão democrática. Enfim, objetivando um ensino voltado para a conscientização, e o desenvolvimento do conhecimento crítico, possibilitando a tão almejada democratização do ensino.

A luta pela redemocratização dos processos de gestão educacional, seguem relacionadas aos movimentos de redemocratização do país e aos movimentos sociais que reivindicaram ao longo da história a participação, Mendonça (2000), vai além, colocando que esta trata-se de uma luta que está vinculada ao excessivo grau de centralismo administrativo, assim como, de hierarquia e de enfraquecimento da autonomia das escolas, excluindo dessa forma os agentes educacionais que vivenciam de fato a educação dos processos decisórios educacionais.

A GESTÃO NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA COMO UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO

Segundo Libâneo (2004) a gestão da escola, é uma tarefa administrativa, e pensar na gestão deste espaço remeti-nos a muitos desafios, pois a organização e a gestão escolar são dimensões que estão profundamente articuladas, já que a escola não é uma soma de partes, mas um todo interligado que busca articular as orientações dos poderes públicos e o pensar pedagógico à sua prática do dia-a-dia, mediada pelo conhecimento da realidade e pela participação de todos os atores envolvidos no processo educativo.

A construção da escola democrática constitui, assim, um projeto que não é sequer pensável sem a participação ativa de professores e de alunos, mas cuja realização pressupõe a participação

democrática de outros setores e o exercício da cidadania crítica de outros atores, não sendo, portanto, obra que possa ser edificada sem ser em construção (Lima, 2002).

Elevação da qualidade do processo educativo que acontece no espaço escolar, porém é preciso considerar que o Estado muitas vezes desempenha a coerção sendo omissos em sua tarefa denominado espaço da escola pública possibilitar a educação de boa qualidade conforme PARO (2000).

Perrenoud (2002) salienta que para formar um profissional reflexivo é preciso acima de tudo formar um profissional capaz de dominar sua própria evolução, construindo competências e saberes mais ou menos profundos a partir de suas aquisições e de suas experiências.

Nesta perspectiva de proporcionar o desenvolvimento de competências reflexivas, de ressignificação dos discursos e dos saberes, a auto- formação continuada apresenta-se como sendo uma condição imprescindível para o desenvolvimento da retextualização dos saberes adquiridos durante a formação inicial, mas também representa-se como um espaço de construção e reconstrução de novos conhecimentos e práticas pedagógicas, implicando em alterações na organização , nos conteúdos, nas estratégias, recursos, refletindo-se positivamente nas relações sociais estabelecidas entre equipes pedagógicas, docentes e alunos.

A gestão democrática na escola e nos sistemas de ensino torna-se um processo de construção da cidadania emancipada. Para tanto, e segundo Araújo (2000), são quatro os elementos indispensáveis a uma gestão democrática: participação, pluralismo, autonomia e transparência.

Toda instituição escolar necessita de uma estrutura de organização interna, geralmente prevista no regimento escolar ou em legislação específica estadual ou municipal. O termo estrutura tem o sentido de ordenamento e disposição das funções que asseguram o funcionamento de um todo, no caso, a escola. A estrutura organizacional de escolas se diferencia conforme a legislação dos estados e municípios e conforme concepções de organização e gestão adotadas. (LIBÂNEO, 2004)

Marques (2007), coloca-nos que a democracia é uma construção contínua e contingente e que se dá através de práticas articulatórias, nota-se dessa maneira que a democracia é o exercício da liberdade de expressão dos sujeitos, e da participação de forma articulada dos mesmos nos processos desenvolvidos pelas instâncias sociais (nesse caso a escola) concordando com Libâneo (2004) que considera a autonomia como algo imprescindível para o exercício da gestão democrática:

Um modelo de gestão democrático- participativa tem na autonomia um dos seus mais importantes princípios, implicando a livre escolha de objetivos e processos de trabalho e a construção conjunta do ambiente de trabalho (LIBÂNEO 2004, p.102)

Uma escola democrática precisa construir a capacidade de unir forças e opiniões para buscar soluções e resolver problemas em prol do bem comum, enxergando possibilidades e variáveis que alguém sozinho é incapaz de encontrar, concordando dessa forma com Marques (2007) ao afirmar que a gestão democrática é uma gestão de autoridade compartilhada.

Sendo assim entendido que “a união faz a força”, trabalhando em conjunto, com a participação de todos os atores educacionais é possível chegar a soluções mais propícias, além de facilitar o desenvolvimento das atividades propostas pela escola.

De acordo com Marques (2007) “o processo de tomadas de decisões democráticas na escola envolveria a participação de sujeitos conscientes, responsáveis e livres, que interfeririam nas decisões tomadas”.

Libâneo (2004) salienta que:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola pública, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais. (LIBÂNEO 2004, p.102)

A participação é entendida, como um dos principais caminhos para o exercício da Gestão democrática, e que mecanismos que possam contribuir com esses processos e tornar a escola um espaço mais democrático tais como a existência de um conselho escolar, caixa escolar e a representação de pais e alunos inseridos no contexto de decisões da escola.

Nas escolas públicas, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – n°. 9.394/96) prevê, em seu artigo 14, a participação da comunidade escolar e local em conselhos Escolares ou equivalentes, para a implantação da gestão democrática (MARQUES, 2007). Essa lei prevê que a gestão democrática seja inserida no contexto escolar através da participação de pais, alunos, professores, gestores e coordenadores no processo de tomadas de decisões, o que pode ser feito através do conselho escolar, que deve ser implantado na escola pra que essa opção de gestão se efetive.

Dessa forma, o conselho escolar é previsto por lei como um dos mecanismos de participação que asseguram o exercício da democracia nas escolas, e que pode se configurar como um espaço de construção da democracia, podendo dessa maneira interferir na educação. Para Bravo (2011) a função do conselho escolar é: (...) de atuar, articuladamente, com o núcleo de direção no processo de gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola. (BRAVO 2011, p.90)

Marques (2007) afirma que é importante não perder de vista que os processos participativos favorecem a aprendizagem política dos sujeitos, mas que a qualidade da educação envolve também a capacitação docente, a melhoria salarial, a reestruturação da rede física.

Percebe-se assim que a gestão democrática contribui para a melhoria da qualidade da educação desde que os processos democráticos e de participação sejam compartilhados entre todos os membros que fazem parte do cenário educacional, mas é importante ressaltar que apenas uma gestão democrática não pode, por se só melhorar a qualidade do ensino, esta deve estar aliada a uma boa qualificação dos profissionais da educação, melhoria salarial e mais investimentos na infraestrutura das escolas.

A educação tem uma função central nas relações que são estabelecidas em sociedade, a fim de se construir a igualdade de cidadania, tendo em vista que a democracia e a cidadania são conceitos independentes, mas que se tornam inerentes mediante a escola como formadora social, pois esta assume o papel de buscar uma educação cidadã e democrática.

Nessa perspectiva a escola assume o papel de conscientizar e mobilizar a sociedade em torno de objetivos que devem ser partilhados e buscados mediante a participação, procurando garantir que assim como as atividades que são desenvolvidas pela escola os processos constituintes administrativos se deem de maneira democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tais discussões referenciadas percebemos que a democratização dos espaços escolares acontece principalmente a partir do gestor, cabendo ao mesmo articular todas as instancias em prol do exercício da gestão democrática, pois o trabalho em equipe, visando alcançar objetivos que são compartilhados por todos contribui assim para a melhoria da qualidade de ensino ofertada pela instituição de ensino.

É através da contribuição de todos (pais, alunos, gestores, educadores) que a gestão escolar democrática irá acontecer e poderá contribuir de forma efetiva para a melhoria da qualidade de

ensino e se instalara enfim como uma opção de gestão pelas escolas. Muitas vezes a falta de compreensão, ou até mesmo de reconhecimento ou conhecimento dos trabalhos desenvolvidos dificulta a instalação desse processo.

Percebemos dessa maneira, que um dos grandes problemas a serem enfrentados para a efetivação de uma gestão democrática se configura na falta de parceria entre os membros que constituem a escola e desses com a família.

Compreendemos que a busca por uma gestão democrática envolve mais que a vontade da escola, para isso é conciso também a colaboração dos pais e da comunidade, a gestora conseguiu através de suas respostas demonstrar que na escola por ela dirigida são desenvolvidos mecanismos que favorecem a gestão democrática.

Por gestão democrática, compreende-se o compartilhamento de obrigações, trabalho em equipe, tomadas de decisões em conjunto, assim como a participação de todos nos processos desenvolvidos pela escola.

A democracia, considerada como um discurso político que implica participação pode ser construída de diferentes formas, não havendo, portanto, um modelo ideal, mas sim, significados que se fixam parcialmente, através da mobilização de paixões, multiplicação de práticas, instituições e jogos de linguagem que constroem valores democráticos e formas de democracia (Marques, 2007).

Todos os que fazem parte da escola (gestores, coordenadores, professores, pais e alunos) realmente estejam comprometidos com a escola, que procurem juntos soluções para problemas que se apresentarem que os gestores não seja o único responsável pela administração assim como o professor um único responsável pelo pedagógico assim como pelo fracasso escolar.

Dessa forma a democracia pode ser exercida através de vários mecanismos de participação entre eles estão a participação dos pais e alunos junto com gestores, coordenadores e professores no conselho escolar, assim como a eleição para escolha do diretor. Para isso é necessário que o gestor escolar mobilize esses sujeitos e que contribua de maneira realmente comprometida com esses processos.

A democracia é definida como toda participação e liberdade de expressão de opiniões, porém o conceito de democracia é algo mais complexo, pois envolve liberdade de expressão de forma organizada e com responsabilidade. Não se deve confundir democracia com a falta de leis.

É importante ressaltar, ainda, que, na perspectiva das novas teorias democráticas, não existe um modelo de democracia de validade universal (MARQUES, 2007), o importante é que a democracia seja exercida pela participação, levando em conta a autonomia dos sujeitos que fazem

parte desse processo e instigando a participação dos pais nas atividades desenvolvidas pela escola, dessa maneira para que a instituição escolar se torne mais participativa e preciso que o gestor não cumpra funções relacionadas somente ao burocrático o administrativo assim como também o professor não cumpra somente funções relacionadas ao pedagógico, na escola todos devem agir em conjunto visando um bem comum: a educação.

Enfim, compreendemos que a gestão democrática, deve ser considerada como uma opção de gestão que favorece a articulação entre todos os sujeitos envolvidos no processo educacional e promove a melhoria da qualidade do ensino ofertado pelas escolas assim como de todas as instancias sociais que estão envolvidas nesse processo.

A gestão escolar democrática se torna uma opção administrativa, a partir do momento em que a mesma através de seus mecanismos possibilita através da interação entre todos os seus sujeitos a melhoria dos processos desenvolvidos pela escola, assim como fortalece na escola um ambiente mais confortável e fraterno, mas para que os sujeitos optem por essa gestão é conciso que os mesmos tenham consciência das possibilidades e exigências que essa opção administrativa faz aos seus partícipes, tais como participação, compromisso, liderança, tomadas de decisões em conjunto e comprometimento, enfim a democratização dos processos educativos.

Enfim, a democracia será instalada nas instituições de ensino através da democratização dos processos educativos, da mudança nas relações desenvolvidas no interior da escola a fim de propiciar a participação dos sujeitos, assim como a construção de mecanismos (conselho escolar, reunião de pais, eleição direta para professor), que favoreçam assim o exercício da democracia plena.

Para que essa gestão realmente aconteça é necessário o envolvimento de todos que constituem a escola no processo de tomadas de decisões, a coletividade e compartilhamento de obrigações, metas, objetivos, estratégias e procedimentos estão presentes do contexto da gestão da mesma, só assim a escola irá caminhar rumo a efetivação da democracia.

REFERENCIAS

BOBBIO, Noberto. **O Futuro da Democracia**. 10. Ed. São Paulo: Paz e terra, 2000. (Democracia Representativa e Democracia Direta, p.53-76).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** .

DOURADO, L. F. **A escolha de dirigentes escolares : políticas e gestão da educação no Brasil**. In: FERREIRA, Naura S. C. **Gestão democrática da educação : atuais tendências, novos desafios**. São Paulo : Cortes, 1998.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). *Gestão democrática da Educação : atuais tendências, novos desafios*. São Paulo : Cortez, 1999.

LIMA, Lecínio. *A escola como organização educativa*. São Paulo. Cortez., 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática*. Goiânia: Ed.Alternativa, 5ª edição, 2004.

MARQUES, Luciana Rosa. *A descentralização da Gestão Escolar e a Formação de uma Cultura Democrática nas Escolas Públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. (A Cultura Democrática na Escola, p. 55-98).

PARO, Victor Henrique. *Gestão Democrática da Escola Pública*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 2006. (Situação e Perspectiva da Administração da Educação Brasileira: Uma Contribuição; e Gestão da escola Pública: Alguns Fundamentos e uma Proposta, p. 83-119)

PARO, Vitor Henrique. *Administração Escolar- Introdução Crítica* 9. ed. São Paulo: cortez,2000

